Ano 9, n. 25, 2016
Seção Colunas
07/10/2016

# A neutralidade é possível?

**Gustavo Bernardo**

Gustavo Bernardo é Doutor em Literatura Comparada, Professor Associado de Teoria da Literatura no Instituto de Letras da UERJ e pesquisador do CNPq. Publicou doze ensaios, entre eles “A Educação pelo Argumento” e “O Livro da Metaficção”, e onze romances, entre eles “A filha do escritor” e “Nanook”. Publicou, pela editora Rocco, o livro “Conversas com um professor de literatura”, contendo 50 crônicas desta Revista Eletrônica do Vestibular da UERJ. Seu ensaio “A ficção de Deus”, publicado pela Annablume, acaba de receber o Prêmio da Biblioteca Nacional para o Melhor Ensaio Literário de 2015. Edita o site www.gustavobernardo.com, sobre as suas obras.

Para responder à pergunta-título e situar o meu tema, começo com uma afirmativa categórica: o projeto da Escola sem Partido é uma falácia completa. Esse projeto é tão absurdo que seria cômico se não fosse trágico, isto é, se não gerasse consequências gravíssimas.

O objetivo do projeto é combater a suposta “doutrinação marxista” de professores nas escolas. Tais professores estariam “fazendo a cabeça” de seus alunos para pensar pela ótica da esquerda política, quiçá comunista. Se os alunos resistem à doutrinação, são submetidos a constrangimentos e ameaças diversas.

Para combater esta escola com partido, como afirma, o projeto propõe o contrário, ou seja, uma escola sem partido: uma escola em que os professores não devem e não podem manifestar suas opiniões e preferências pessoais, principalmente as políticas, preocupando-se apenas em ensinar as correntes de pensamento e teorias científicas, mas sem privilegiar nenhuma delas.

O ideal da escola sem partido, portanto, é a neutralidade absoluta. A escola e o professor devem ser neutros, para levarem o aluno e a sociedade a realizarem o mesmo ideal de neutralidade. Recua-se assim ao ideal cientificista e positivista de neutralidade, vigente quando?

No século retrasado.

Bem, estamos no ano dezesseis do século vinte e um, quando o ideal da neutralidade é apenas história há muito tempo, se ele se mostrou impossível e impraticável já no início do século passado. Nem na ciência mais “hard” a neutralidade faz sentido. O simples estudo de um objeto modifica o próprio objeto. Por que ressuscitar do sarcófago concepção tão superada?

Concepções e ideias superadas resistem a morrer, como sabemos. A escravidão foi abolida em todo o mundo, mas a saudade da escravidão persiste como racismo. O ideal da neutralidade persiste na escola, precisamos reconhecer, por exemplo na orientação autocontraditória para os alunos escreverem dissertações sem usarem a primeira pessoa do singular e, principalmente, sem emitirem opiniões.

Ora, dissertação se define como a defesa de uma... opinião. Essa defesa se faz de modo mais fácil, claro e consequente quando se opta pela primeira pessoa do singular. Dizer “eu acho” ou “parece-me” (o que dá na mesma) ajuda o aluno a construir e expressar a sua opinião. Por oposição, os recursos do plural de modéstia (na verdade, plural de arrogância), ou pior, da indeterminação do sujeito, não apenas truncam o estilo, tornando-o anacrônico, como dificultam a pensar e a construir opiniões.

O ideal da neutralidade na verdade esconde o desejo secreto da unanimidade. Ele se manifesta na doutrinação sim, mas na doutrinação de pensar a partir de uma única perspectiva. Quem pensar diferente se torna, por definição, o herege que deve ser queimado na fogueira, real ou virtual, tanto faz.

Por isso, admito que haja professores, à esquerda e à direita, que constranjam seus alunos a pensar como eles, ou seja, a não pensar. Em ambos os casos, o problema não é falta de neutralidade, mas no mínimo falta de qualidade – talvez, falta de caráter. Trata-se de professores ruins.

Um professor minimamente decente respeita todas as opiniões dos seus alunos porque ele precisa ensiná-los a pensar, o que implica ensinar a questionar, a fazer perguntas, a procurar ver os diversos aspectos de um problema. Ora, decretar o império da neutralidade não torna aqueles professores melhores – ao contrário, torna todos os professores piores.

Porque o ideal da neutralidade é uma gigantesca falácia. Os defensores da escola sem partido na verdade querem uma escola com partido, sim, mas

apenas um – por definição, um partido fascista. A acusação de doutrinação faz parte ela mesma de uma doutrinação, essa sim perversa e insidiosa. Os “sem partido” afirmam que os professores são maus porque supostamente estariam fazendo o que eles fazem desde sempre.

Defender a neutralidade em qualquer disciplina implica impor uma determinada ideologia, obviamente nada neutra. Defender a neutralidade implica impor o monopólio ideológico da doutrinação. Defender a neutralidade na escola implica impor uma escola com partido, mas partido único.

Uma das obrigações fundamentais do professor é a de ensinar seu aluno a ler, estudar, pesquisar, investigar, duvidar, enfim, pensar, se expressar e argumentar. Ora, o melhor método de educação é de longe o mais antigo: o método do exemplo. Se o professor não der o exemplo de quem lê, estuda, pesquisa, investiga, duvida, enfim, pensa, se expressa e argumenta, ele não levará o aluno a fazer o mesmo.

O problema não é haver professores que explicitam suas posições em sala, sejam elas políticas, científicas, religiosas ou estéticas. Quem argumenta chega forçosamente a uma conclusão, portanto, a uma opinião, que precisa explicitar, sob pena de deixar o argumento capenga e mutilado. A explicitação de opiniões e posições implica doutrinação se e somente se há espaço para apenas uma opinião e apenas uma posição – ou seja, quando não há mais espaço para dúvidas, debates e discussões, logo, para quaisquer argumentos.